

MENSAGEM DE LEI Nº 03/2015

Maringá, 12 de janeiro de 2015.

Exmo. Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa Câmara de Vereadores, Projeto de Lei que tem por objetivo dispor sobre a implantação do sistema integrado de prontuário eletrônico na rede pública de saúde do Município de Maringá.

Ressalte – se que tal iniciativa se faz necessária considerando que a falta de um sistema que apresente todos os requisitos de segurança da informação e comunicação em saúde por meio do Prontuário Eletrônico do Paciente pode desqualificar os processos de registros clínicos realizados pelos profissionais da saúde.

A implantação do prontuário eletrônico com a certificação por meio de assinatura digital de acordo com o padrão de Infraestrutura de chaves públicas brasileiras permite a modernização do sistema existente na rede de saúde do Município, garantindo ao cidadão a credibilidade e segurança das informações registradas em seu prontuário, e, principalmente a garantia do valor jurídico.

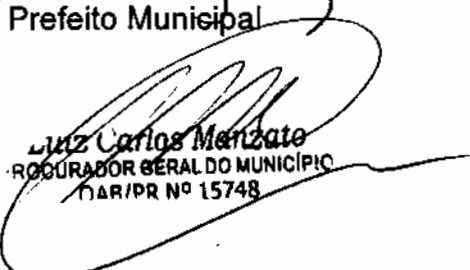
Além disto, o sistema proporciona segurança e agilidade aos profissionais da saúde.

**Exmo. Sr.
Francisco Gomes dos Santos
D.D. Presidente da Câmara Municipal
Maringá -**



Desta forma, certo de contar com o apoio dos nobres integrantes dessa Casa de Leis na aprovação da inclusa propositura, renovo meus protestos de elevada estima e consideração por Vossa Excelência, subscrevendo-me.


CLAUDIO FERDINANDI
Prefeito Municipal


Luiz Carlos Marizato
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
MAR/PR Nº 15748



PROJETO DE LEI N.º 13.402/2015

Dispõe sobre a implantação do sistema integrado de prontuário eletrônico na rede pública de saúde do Município de Maringá e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte:

LEI

Art 1º. Fica instituído Prontuário Eletrônico do Paciente – PEP, na Rede Pública de Saúde do Município de Maringá.

Parágrafo único. O preenchimento no PEP dos registros dos cidadãos atendidos na Rede Pública de Saúde pelos profissionais de saúde se torna obrigatório a partir da implantação do PEP.

Art 2º. O PEP será identificado pelo código do usuário que consta no Cartão Saúde Maringá (CSM) e pelo número do Cartão Nacional de Saúde (CNS).

Art 3º As Unidades Básicas de Saúde (UBS) da rede pública do Município de Maringá exigirão a apresentação do CSM onde consta o código do usuário e o número do CNS.

Parágrafo único. Na hipótese de o cidadão não possuir o código do usuário e o CSM, a UBS providenciará seu cadastro, bem como o número do CNS para assim ter acesso à rede pública de saúde do Município de Maringá.

Art. 4º O cadastro de que trata o parágrafo único do artigo anterior abrangerá a totalidade dos cidadãos residentes no Município de Maringá, bem como todos os profissionais de saúde que atuem no Município, e os serviços de saúde pública situados em Maringá.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Saúde será responsável pelo cadastro único dos cidadãos, de profissionais de saúde e das unidades de saúde.

§1º. Ao cadastrado será facultado o meio de acesso aos Sistemas de Gerenciamento da Saúde do Município de Maringá.



§2º. O cadastramento e o acesso aos sistemas dar-se-ão de modo a preservar o sigilo, a identidade, a integridade e autenticidade das informações registradas no sistema.

§3º. Todas as comunicações e informações de saúde que transitem entre estabelecimentos, serviços e unidades de saúde de qualquer natureza, públicas, com ou sem vínculo com o Sistema Único de Saúde - SUS, serão feitas preferencialmente por meio eletrônico.

Art 6º. O Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde desenvolverá e certificará, diretamente ou por intermédio de terceiros o sistema PEP.

§1º. As informações produzidas no PEP ora instituído, serão certificadas por meio de assinatura digital com uso da versão eletrônica do Cadastro de Pessoa Física (e-CPF) no padrão Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

§2º. A assinatura digital destina-se a garantia de valor jurídico, o acesso rápido, a confiabilidade e a segurança dos dados produzidos.

§3º O PEP deverá ser protegido por meio de sistema de criptografia e de segurança de acesso, e armazenado em meio que garanta a preservação, a segurança e a integridade dos dados, a fim de assegurar a privacidade e confidencialidade da informação de saúde dos cidadãos.

Art 7º A chave de assinatura digital será o instrumento de validação de assinatura do profissional responsável pela realização do registro em documentos eletrônicos do PEP e dos Sistemas Públicos de Saúde do Ministério da Saúde adotados pelo Município.

§1º A utilização das chaves é de natureza exclusiva, intransferível e indelegável aos profissionais da rede de serviço vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.

§2º Os profissionais a que se refere o parágrafo anterior somente poderão utilizar-se, para efeito da certificação digital, de uma única chave criptografada, capaz de identificá-los e produzir efeitos legais de uma assinatura convencional.

Art. 8º Na implementação do PEP o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde poderá disponibilizar, sem ônus para os profissionais, chaves para operacionalização do sistema, mediante cronograma e critérios definidos juntos ao Centro de Tecnologia e Informação (CTI) da Prefeitura Municipal de Maringá.

§1º As chaves fornecidas pela Secretaria Municipal de Saúde deverão ser renovadas em momento oportuno, diretamente pelo profissional, junto a uma Autoridade Certificadora, sem ônus para o Município.



§2º O profissional deverá responsabilizar-se pelo controle, uso e dano, dolosa ou culposamente causado, bem como pela perda da chave privada que lhe for confiável.

§3º Os documentos gerados eletronicamente e armazenados no PEP serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§4º Os extratos digitais e os documentos digitalizados armazenados no PEP tem a mesma força probante dos originais

Art. 9º. O uso de meio eletrônico em prontuário de paciente, assim como no registro, na transmissão e na autorização de procedimento ambulatorial e hospitalar, de intervenção hospitalar, de receita médica e das demais informações de saúde serão admitidas nos termos desta Lei.


Art. 10. O PEP deverá usar, preferencialmente, programas de código aberto, acessíveis interruptamente por meio da rede mundial de computadores e por intermédio de redes internas e externas, priorizando-se a sua padronização, inclusive a terminológica.

Art. 11. Para a certificação dos sistemas de informação a que se refere o artigo 7º desta lei será aplicado o Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico de Saúde, aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Medicina – CFM n.1.821, de 11 de julho de 2007 e Sociedade Brasileira de Informática em Saúde – SBIS.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal **Silvio Magalhães Barros**, 12 de janeiro de 2015.


CLAUDIO FERDINANDI
Prefeito Municipal


Luiz Carlos Mansato
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
CAR/DR Nº 15748